



O BREJO DO PORAQUE E O MADEIREIRO NA ALDEIA (Awá, Amazônia Oriental)

Maycon Henrique Franzoi de Melo¹

RESUMO: Pesquisas com povos indígenas no Maranhão apontam transformações no *modus vivendi* do índio a partir de um processo de territorialização ao qual foi submetido. Pouco se sabe sobre as formas nativas destes povos abordarem tal processo relativo ao território. Este artigo apresenta concepções Awá referente às noções de território, pensando-as de forma paralela as reivindicações pela integralidade da posse das TÍ's. Com o termo *harakwá* ("minha área"), indico questões relativas ao domínio territorial Awá e as formas de alteridade estabelecidas com outros indígenas, não indígenas, animais e seres não humanos com quem se deparam na Floresta Amazônica.

Palavras-chave: território; cosmografia Awá; organização espacial.

ABSTRACT: Research with indigenous peoples in Maranhão point transformations in the Indian *modus vivendi* from a process of territorialization that has been submitted. Little is known about the native forms of these people address such process on the territory. This paper presents concepts related to notions of Awa territory, thinking them parallel claims for completeness of ownership of TI. With the term *harakwá* ("my area"), I submit issues and territorial domination Awa forms of otherness established with other indigenous, non-indigenous animals and non-human beings with whom they encounter in the Amazon Forest.

Key words: territory; Awa cosmography; spatial organization.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: mayconmelodoc@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

Os Awá, ou Awá-Guajá como são conhecidos, são um povo caçador-coletor habitante da macro-região da Amazônia Oriental, especificamente do noroeste do Maranhão, entre as bacias do Rio Pindaré e Gurupi. Nas últimas três décadas foram submetidos a um processo de perda populacional e territorial decorrentes do contato gradativo com a sociedade nacional, convergindo num processo de semi-sedentarização e implementação da agricultura como forma de subsistência instruída pela FUNAI. (GOMES, 1982, FORLINE, 1997, CORMIER, 2003, O'DWYER, 2005, COELHO, 2009, GARCIA, 2010, FERREIRA, 2011). Se com este conjunto de pesquisas produzidas é possível analisar o impacto da situação colonial (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1964) a qual estão submetidos os Awá no Maranhão, ainda falta aos pesquisadores(as) conhecer as formas nativas de se relacionar com tal processo. Sabemos muito pouco sobre a cosmovisão e as representações que os Awá constroem sobre este processo de “transição” ao qual estão submetidos. Este artigo tem como objetivo fazer um estudo das concepções Awá referentes a noções de território, aspecto central no entendimento da relação destes povos com o espaço e as redes de relações estabelecidas em torno dele.

Os Awá são classificados nos estudos etnolinguísticos como falantes de uma língua da família Tupi-Guarani. Até meados do século XX mantinham características nômades, sem aldeias permanentes, percorrendo longos territórios em pequenos grupos de uma ou duas famílias nucleares, não praticavam agricultura e sobreviviam principalmente da caça e coleta (FORLINE, 1997, CORMIER, 2000; COELHO, 2009). A população hoje com cerca de 350 pessoas está distribuída em quatro aldeias localizadas em 3 Terras Indígenas (TI)². O processo de contato com agências do Estado Brasileiro iniciou em 1976, quando foi contatado um grupo que se encontrava no alto curso do Rio Turiaçu. O grupo foi instalado onde hoje é a aldeia do PIN Guajá, na Terra Indígena Alto Turiaçu (GOMES, 1996, COELHO, 2009, CORMIER, 2003)³. Toda área Awá-Guajá nas 3 TIs está localizada na

² Ao norte TI Alto Turiaçu (530.500ha) a qual dividem com os Ka'ápor, que ocupam 2 terços da TI, e alguns Tembé, nela são assistidos pelo PIN Guajá. Ao sul TI Carú (172.600ha) que ocupam em conjunto com os Tentehar\Guajajara que são maioria, são assistidos pelo PIN Awá e Tiracambu. Entre as duas a TI Awá (118.000ha), a única demarcada para uso exclusivo dos Awá, onde são assistidos pelo PIN Juriti.

³ O segundo grupo foi contatado em 1980 e o terceiro grupo foi contato em 1989. A TI Caru e Alto Turiaçu eram parte de uma única reserva, a Reserva Florestal do Gurupi (845.000ha) criada por decreto presidencial em 1961. Foi em 1976 que a FUNAI permitiu a divisão da área em duas, permanecendo cerca de 160.00ha de Terra Indígena fora da nova demarcação. Este território só foi recuperado em 2005 com a demarcação da TI Awá. No entanto, existe uma perda territorial visível pelo desmatamento e pela abertura de estradas, os invasores que se



macro-região onde foi implantado em 1982 o Projeto Grande Carajás (PGC), projeto de exploração mineral, agrícola e energética iniciado pelo Governo Brasileiro através da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A ferrovia Carajás-Itaqui⁴, que liga o Porto do Itaqui em São Luís a Serra dos Carajás, inaugurada em 1985, corta o limite sul da TI Caru, passa a cerca de 2 km das aldeias Awá e Tiracambu (GOMES, 1985, COELHO, 2009, GARCIA, 2010). Há 3 décadas os Awá vem sendo instruídos a praticar a agricultura pela FUNAI, em 1999 em conjunto com Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a CVRD teve início uma experiência escolar com objetivo de preparar as lideranças indígenas para o convívio com a sociedade nacional. Dentro destas novas situações é inevitável visualizar um cenário de grandes transformações no *modus vivendi* dos Awá (COELHO, 2009, GARCIA, 2010).

A TI Caru, campo empírico desta investigação, contém hoje o maior contingente populacional e a maior aldeia Awá no Brasil (COELHO, 2009). Está situada no município de Bom Jardim, sendo que seus limites orientais e ocidentais fazem divisa com os municípios de Santa Luzia e Carutapera. A convivência com os Tenetehar\Guajajará criou condições para se formarem alianças políticas principalmente frente a FUNAI e a CVRD. Em 1993 os Awá se reuniram com os Tenetehar\Guajajará, Ka'apor e outras etnias para exigir da CVRD um compromisso maior conforme o convênio original de implementação da Ferrovia Carajás inaugurada em 1985 (idem). Em 2006 um número maior fechou a ferrovia exigindo melhoria no atendimento à saúde administrada pela Funasa e, em 2012, novamente, bloquearam a ferrovia numa aliança com os Tentehar, que tomou repercussão nacional. Acrescente a esta grande repercussão que criou visibilidade aos Awá na cena indigenista a campanha que a ONG Survival Internacional lançou, levantando 50.000 assinaturas pela internet a serem enviadas ao Ministro da Justiça pedindo a retirada dos invasores das terras dos Awá⁵.

2 DESENVOLVIMENTO

Antes de abordar as formas sociais de organização espacial dos Awá talvez seja interessante um rápido comentário sobre a questão terra\território no que diz respeito à relação entre povos indígenas e o Estado Nação. A noção de “território indígena”, presente

aproveitaram da faixa aberta entre as duas TI's também não foram retirados.

⁴ Sobre a ferrovia ver Gomes (1982), Garcia (2010).

⁵ Sobre estas manifestações ver Revista Carta Capital (2012), Survival Internacional (2012) O Estadão (2012)



na Constituição de 1988, foi formulada na década de 1950 durante os debates relativos à criação do Parque Indígena do Xingu. Nela é preciso distinguir a noção de *terra* da de *território*, que remete a relações e agentes diferentes, levando em consideração a forma como estas categorias são apropriadas pelos discursos indigenistas. Segundo Gallois (2004) a noção de *terra* se refere ao processo político-jurídico conduzido pelo Estado, enquanto a de *território* nos remete a construção e vivência da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial.

Em pesquisas sobre a organização espacial de diferentes povos amazônicos (RIVAL, 1999), que assim com os Awá enxergam na caça uma atividade estruturante, uma das referências é a do território como um espaço marcado por narrativas de caça, guerras, relações de parentesco, onde o conhecimento produzido na interação com a floresta seria a todo momento colocado a prova e reinventado. Essa forma de se apropriar do espaço se aproxima do que afirma Fausto (2001) ao analisar vários topônimos utilizados pelos Parakanã (PA) para definir suas relações com o território. Os nomes atribuídos aos lugares, encontrados na tradução destes topônimos, são antes um resultado de um longo processo de ocupação do que um ato simbólico de posse. Ou seja, o território para estes povos não se trata de uma superfície abstrata “onde um sujeito coletivo exerce sua soberania, mais de uma faixa de floresta conhecida na atividade cotidiana e reconhecida pela inscrição desses atos através do tempo” (idem:105).

A forma social dos Awá em se apropriar do espaço se observa através do termo *harakwá* (“minha área”), que abrange tanto o domínio territorial quanto as relações envolvidas com outros seres neste território. O local é reconhecido enquanto tal por um grupo familiar por se tratar do espaço por onde circulam e tiram seu sustento, sendo de uso exclusivo de um grupo conhecido e reconhecido. É importante considerar que outros povos indígenas, o branco e seres não-humanos possuem seu próprio *harakwá* na Floresta (CORMIER, 2003; GARCIA, 2010). Assim como para outros povos Tupi-Guarani, para os Awá o cosmos seria resultado da separação de um mundo anterior, onde céu, terra e subterra estavam próximos, quase se fundiam permitindo que diferentes seres vivessem juntos. A alteração ocorreu quando o demiurgo Maíra promoveu uma histórica separação do cosmos em patamares, cujo resultado principal foi a “espeiação sociológica da terra” (Viveiros de Castro, 1986). Os Awá tem no eixo céu-terra elementos importantes para se compreender como se movimentam na floresta enquanto espaço e universo habitado por



outros seres dotados de agência. *Iwá*, *há-ripá* e *ka'á* – céu, aldeia, floresta - são talvez os principais centros por onde gira a vida dos Awá, formando pares como “céu-terra”; “terra-mata”; “mata-céu” (GARCIA, 2010:35). Neste contexto, o conjunto de ambientes compostos pelas terras firmes em que viviam no passado e as zonas de várzea ou cursos de rio que habitam hoje compõe um conjunto de áreas de caça identificadas por topônimos (idem). Por exemplo, a árvore de tatajuba onde se mata guaribas, os buracos de paca ou o brejo onde se pesca poraquês são espaços vivos da mata nomeados e utilizados a partir da interação dos Awá e seus *harakwá*.

O *harakwá* é território reconhecido e compartilhado, suas fronteiras são estabelecidas por outros *harakwá*, sendo que as regras de circulação e trocas de pessoas obedecem à distância social e genealógica entre seus ocupantes a partir de grupos cognáticos. Filhos e filhas tem direito a áreas de caça dos seus pais biológicos, mas está claro que o acesso a estas áreas não é uma questão de escolha, mas de laços consanguíneos (CORMIER, 2003:73). Entre estes grupos cognáticos tornam-se fundamentais a noção de *harapihiara* “parentes próximos”, e *harapihianã*

“parentes distantes”, sendo os primeiros reconhecidos como consanguíneos e os segundos desde afins casáveis a inimigos potenciais com quem se relacionam⁶. O fato de haverem diferentes grupos espalhados pela floresta não caracteriza um conjunto homogêneo Awá, se privilegia formas independentes e fragmentadoras de organização social marcada pelo estranhamento destes pequenos grupos. Essa consideração torna-se relevante uma vez que as 3 TI's ocupadas pelos Awá possuem processos históricos diferenciados de contato com a sociedade nacional.

No decorrer desse processo, ao longo das últimas 3 décadas, o impacto produzido pelo contato promoveu uma série de interferências nas variáveis que determinavam a ocupação de certa área e até mesmo nas regras de circulação por este espaço. A proximidade com municípios, povoados e grandes investimentos (Ferrovia Carajás) além do impacto na organização espacial, como delimitação da área de caça por motivos de segurança, exigiu dos Awá reformulações de ordem cosmológica, como a

⁶ Nas abordagens sobre o parentesco ameríndio destaca-se a subordinação do parentesco e do local aos valores associados à exterioridade. O modelo sugere um jogo hierárquico entre consanguinidade e afinidade, marcadores na Amazônia de alteridades e identidades. No nível do grupo local a afinidade reina sobre a consanguinidade, no nível supralocal esta hierarquia é invertida, e, no plano global, é a afinidade mesma que se vê sobredeterminada pela relação com o exterior. Esse exterior, que envolve categorias como “pessoas distantes” e “inimigos” contem os recursos simbólicos necessários para a reprodução social de pessoas e grupos. (VIVEIROS DE CASTRO, 2002; KELLY, 2005)



ocorrência de casamentos interétnicos e o gradativo abandono da caça por atividades na região citadina. O que deixa os pesquisadores mais atentos em relação a estas transformações é uma crescente alteração nas formas de monetarização da economia Awá. Relatórios produzidos em 2012 por alunas do curso de Ciências Sociais\UFMA relatam a presença diária de madeireiros nos interiores do PIN Guajá, TI Alto Turiaçu⁷. A presença dos madeireiros, que assustava mais as pesquisadoras que os índios, revela um tipo de aliança baseada na venda de madeira ilegal para madeireiros e grileiros que precisa ser mais investigada. Esse tipo de atividade já havia sido identificada entre seus vizinhos, os Tentehar\Guajajará, que possuem mais de 100 anos de contato. Entre os Awá, com apenas 3 décadas de contato com a sociedade nacional, ainda não podemos avaliar o impacto dessas alianças em relação a sua terra e nem o que pensam os Awá deste novo território.

3 CONCLUSÃO

As diferenças entre as aldeias nas TI's, estabelecidas por diferentes historicidades do contato, não permite que hoje generalizemos questões envolvendo os Awá, muito menos dizer que compartilham a mesma concepção sobre o território que ocupam. Ao redor das formas de organização social do espaço estão uma série de agentes vinculados a diferentes instituições concorrendo pela validade dessa forma de apropriação do espaço. As pesquisas devem levar em consideração tanto estas diferenças relacionadas ao contato em cada uma das aldeias, quanto à presença neste processo dos diferentes agentes que passam a ocupar cada vez mais o espaço na vida dos Awá. Pensar nas formas e figuras que configuram as noções de territorialidade Awá nos permite pensar na forma com que os próprios Awá definem a natureza e os valores associados a estas mudanças nas últimas décadas. A partir da forma como os modelos de subjetivação Awá digerem estes eventos temos uma maneira de percorrer etnograficamente os procedimentos de seleção e associação destes eventos envolvendo as dimensões cosmológicas e políticas dos Awá em relação ao território. Um bom caminho a se percorrer por um terreno

⁷ A TI Alto Turiaçu configura um grupo de 15 TI (no Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia), que o jornal A Folha, com base em investigações da Polícia Federal, Ministério Público e relatos de servidores da Funai (Fundação Nacional do Índio), identificou como área de arrendamento ilegal para retirada de madeira. Disponível online: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1220815-indios-alugam-terras-para-exploracao-ilegal-de-madeira.shtml>



desconhecido e cheio de riscos.

REFERÊNCIAS

BALÉE, W. (1994). **Footprints of the Forest. Ka'apor Ethnobotany – the Historical Ecology of Plant Utilization by an Amazonian People.** Columbia University Press, New York.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1964). **O Índio e o mundo dos brancos: a situação dos Tikuna no Alto Solimões.** Difel. São Paulo.

COELHO, Elizabeth. POLITIS, Gustavo. HERNANDO, Almudena. e RUIBAL, Alfredo. (2009) Os Awá-Guajá e o Processo de Sedentarização. In: FERRETI, Sérgio Figueiredo. e RAMALHO, José Ricardo. **Amazônia: desenvolvimento, meio ambiente e diversidade.** São Luís: Edefma,.

CORMIER, Loretta. (2003). **Kinship with Monkeys: The Guajá foragers of Eastern Amazônia.** New York: Columbia University Press.

FAUSTO, Carlos. (2001) **Inimigos Fiéis: História, Guerra e Xamanismo na Amazônia.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

FORLINE, L. C. (1997). **The persistence and cultural transformation of the Guajá indians: foragers of Maranhão State, Brazil.** Dissertação, University of Florida.

GALLOIS, Dominique T. (2002) "Nossas falas duras". Discurso político e auto-representação Waiãpi. IN: Bruce Albert & Alcida Rita Ramos (org). **Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico.** São Paulo: UNESP/IRD.

_____. (2004). Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades. In: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/dgallois-1.pdf>.

GARCIA, Uirá L. (2010). *Karawara: a caça e o mundo dos Awá-Guajá.* Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GOMES, Mércio Pereira. (1982) **A problemática indígena no Maranhão, especificamente nas áreas de influência imediata da ferrovia Carajás: Reserva Turiaçi, Reserva Carú e Reserva Pindaré.** (Relatório de Pesquisa) Campinas – São Paulo : 3 de setembro de 1982.

_____. (1996). **Os índios Guajá: demografia, terras e perspectivas de futuro.** Rio de Janeiro: março de 1996.

KELLY, José A. Notas para uma teoria do "virar branco". **MANA** 11(1):201-234. 2005.

O'DWYER, Eliane Cantarino. (2002). **Laudo Antropológico Área Indígena Awá.** 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão Processo nº95.0000353-8. Ação
Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão
CEP: 65 085 - 580, São Luís, Maranhão, Brasil
Fone(98) 3272-8666- 3272-8668



Ordinária/Imóveis. Inédito.

O ESTADÃO. Online. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/roldao-arruda/tag/indios-awa-guaja/>> Acesso em: 06 de dezembro de 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (1998). Uma etnologia dos “índios misturados”: situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **MANA** 4(1):47-77.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. (1978). “Problemas Relativos à Fricção Interétnica”. In: **A sociologia do Brasil Indígena**. Brasília: Ed.UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

REVISTA CARTA CAPITAL. Online. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/tribo-amazonica-esta-sendo-exterminada-diz-ong/>> Acesso em: 06 de dezembro de 2012.

RIBEIRO, Darcy. (1996) **Diários índios. Os Urubu-Kaapor**. Companhia das Letras, São Paulo.

RIVAL, Laura M. (1999) .Introduction: South America. In: LEE, Richard; DALY, Richard. **The Cambridge encyclopedia of hunters and gatherers**. Cambridge: Cambridge University Press, p.77-84.

SURVIVAL INTERNACIONAL. Online. <<http://www.survivalinternational.org/pt/awa>> Acesso em: 06 de dezembro de 2012.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. (1986) **Araweté: os deuses canibais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,.

_____. (2002) **A inconstância da alma selvagem - e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify.